



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO
IPREVI – 16/02/2022

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2022, às nove horas, deu-se início a 2ª (segunda) Reunião Ordinária deste Conselho Deliberativo, realizada na sede do IPREVI, convocada através da Carta/CD/IPREVI/002/2022 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Paula Pires Alves, Cintia Quartin Figueiredo, Ernesto Cezário Frech Neto, Fillipo Antonio Massaruto, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Lafayette Bezerra dos Santos, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Mário Célio Maia Gouvêa e Valdirene Rocha. As pautas a serem tratadas no dia eram: a) Apresentação, análise e aprovação do Relatório Analítico de Investimentos – Mês: Janeiro/2022; b) Apresentação do Relatório Simplificado de Gestão - Competência: Janeiro/2022; c) Apresentação do Relatório de acompanhamento dos termos de parcelamentos; d) Apresentação do relatório de pensões e aposentadorias concedidas no exercício de 2022; e) Apresentação do Relatório de Prova de Vidas realizadas no mês de Janeiro/2022; f) Apresentação do Memorando n.º 44/2022 exarado pela Procuradoria do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia requerendo a participação do Procurador e do candidato Sr. Jonatha Luís Macário Vilarinho; g) Outros. Começando a reunião, a Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, saudou a todos. Início dando palavra ao Procurador do Instituto, Sr. Fillipo Massaruto, trazendo a demanda do candidato Sr. Jonatha Luís Macário Vilarinho, impedido de tomar posse à época da sua aprovação. Foi apresentado parecer jurídico, apensado aos autos do referido processo, emitido pela Procuradoria do Município favorável em 2019 a posse do mesmo, contrariando decisão deste Conselho. O candidato foi novamente chamado este ano para demonstrar interesse e explicar as questões que foram trazidas no teor dos antecedentes apresentados. Tendo em vista o explícito interesse do Sr. Jonatha em tomar posse do cargo, se fez necessário uma nova apreciação do assunto por este Conselho. A Diretora Presidente leu em voz alta os pareceres emitidos à época (fls. 11-16; 20-23; 33; 88-89) e iniciou-se nova discussão do assunto. Foi lembrado pela Diretora Presidente que à época houve uma insegurança grande em dar posse devido ao número de tipificações demonstradas nas certidões de antecedentes, apensadas às fls. 127/128. A Sra. Gilda Viana argumentou que o parecer da Prefeitura não seria soberano e que a decisão do Conselho à época foi de preservar a Instituição acima de tudo. Foi pontuado que o Procurador atuante no Instituto em 2019 explanou o caso durante reunião do Conselho e se manifestou contrário à posse. Foi questionado pelo Sr. Anderson Rocha a respeito da posição do Supremo Federal quanto a esse caso. Foi pontuado que os antecedentes criminais dele não impedem a posse, embora tenham fundamentado a demissão em cargo público anterior. O Sr. Mário Célio reiterou a preocupação do Conselho à época e que se mantém ainda hoje quanto aos atos cometidos pelo Sr. Jonatha Luís e sustentou que a posição do Conselho deveria ser soberana. O Procurador do Instituto, Sr. Fillipo Massaruto, argumentou que a ausência de condenação em trânsito em julgado e o

A Gc R.

princípio da presunção de inocência deveriam ser levados em conta. A Sra. Cintia Quartin se posicionou favorável à posse, considerando a Constituição Federal. Foi questionada qual penalidade sofreria o Instituto no caso de demanda judicial, e foi respondido pelo Procurador que poderia incorrer em indenização por danos morais em razão da discriminação. Foi lido pelo Procurador, declaração de próprio punho do Sr. Jonatha Luís manifestando interesse na posse, redigida em 31 de janeiro de 2022, apensada aos autos à fl.129. Foi deliberado então pela posse do candidato. A Diretora Presidente então deu sequência à reunião informando a respeito da exoneração da Tesoureira anterior, Ana Cristina Faustino, estando a servidora Carolina Tavares a frente da Tesouraria. No que se refere ao Relatório Mensal de Investimentos, competência Janeiro/2022, os principais dados apresentados foram fundos que formaram a carteira, o saldo, porcentagem de participação, sendo expostos também os enquadramentos, análise de risco e rentabilidade dos fundos. Nesse sentido, foi demonstrado que no mês de janeiro houve uma rentabilidade geral de R\$ 110.493,86 (cento e dez mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos), representando um retorno do mês de 0,06% (zero vírgula seis por cento). Logo, o saldo do mês foi fechado em R\$ 171.434.756,77 (cento e setenta e um milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos), sendo que a meta para o primeiro mês do exercício era de 0,94% (zero vírgula noventa e quatro por cento), resultando assim em um gap acumulado de 6,83% (seis vírgula oitenta e três por cento). Em seguida, foi iniciada a discussão do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI durante a competência de janeiro, sendo evidenciado que a categoria de renda fixa teve um desempenho positivo no geral, somente sendo apreciados resultados negativos em apenas dois fundos no segmento do longo prazo, derivando em uma rentabilidade de 0,21% (zero vírgula vinte e um por cento). A categoria de renda variável também teve um resultado positivo, com poucos fundos com desempenho negativo, um da categoria de ações e quatro de multimercado, representando um retorno de 2,62% (dois vírgula sessenta e dois por cento). Já no que se refere aos ativos no exterior, todos os seis fundos com recursos aplicados tiveram desempenho negativo resultando em um retorno de menos 10,90% (dez vírgula noventa por cento). Como última categoria, foi apresentado o desempenho dos fundos referentes aos recursos da Taxa de Administração, cujo valor para 2022 ainda não foi definido. Nesse sentido, o fundo de reserva teve um retorno de R\$ 23.829,51 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos), derivando em um saldo de R\$ 3.065.799,66 (três milhões, sessenta e cinco mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos) enquanto o fundo da taxa de administração do exercício anterior teve um resgate de R\$ 88.160,08 (oitenta e oito mil, cento e sessenta reais e oito centavos) para custeio das despesas administrativas e um retorno de R\$ 2.808,49 (dois mil, oitocentos e oito reais e quarenta e nove centavos), fechando o mês com um saldo de R\$ 272.135,64 (duzentos e setenta e dois mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), que serão revertidos para a reserva para a construção da sede, totalizando R\$ 3.337.935,30 (três milhões, trezentos e trinta e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta centavos). Assim, ao se apreciar os recursos financeiros de janeiro de 2022, a categoria de renda fixa ficou com o saldo de R\$ 87.315.338,76 (oitenta e sete milhões, trezentos e quinze mil, trezentos e trinta

P a U.

e oito reais e setenta e seis centavos) e uma alocação de 50,66% (cinquenta vírgula sessenta e seis por cento), a categoria de renda variável teve um saldo de R\$ 69.130.048,82 (sessenta e nove milhões, cento e trinta mil, quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos) e um percentual de 40,11% (quarenta vírgula onze por cento), os ativos no exterior tiveram como saldo R\$ 14.888.824,43 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos) e uma alocação de 8,64% (oito vírgula sessenta e quatro por cento), já os depósitos à vista ficaram com um saldo de R\$ 1.006.021,40 (um milhão, seis mil, vinte e um reais e quarenta centavos) e um percentual de 0,58% (zero vírgula cinquenta e oito por cento). Os recursos, portanto, fecharam a competência com o valor global de R\$ 172.340.233,41 (cento e setenta e dois milhões, trezentos e quarenta mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos). Após a apreciação dos relatórios da área de investimentos, prosseguiu-se para o Relatório Simplificado de Gestão, esse último demonstrou que em janeiro foram pagos duzentos e noventa aposentados e cento e doze pensionistas na folha mensal, totalizando quatrocentos e dois beneficiários. Assim, quanto à folha mensal foram pagos R\$ 430.470,74 (quatrocentos e trinta mil, quatrocentas e setenta reais e setenta e quatro centavos) aos aposentados e R\$ 134.522,03 (cento e trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e dois mil e três centavos) pensionistas do plano previdenciário, responsabilidade do IPREVI, totalizando R\$ 564.992,77 (quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos). Quanto ao Plano Financeiro, responsabilidade da PMI, foram pagos aos aposentados R\$ 51.192,16 (cinquenta e um mil, cento e noventa e dois reais e dezesseis centavos) e aos pensionistas R\$ 35.197,47 (trinta e cinco mil, cento e noventa e sete e quarenta e sete centavos), totalizando R\$ 86.389,63 (oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e três centavos). Quanto ao cadastramento, em janeiro, foram cadastrados vinte e seis dos vinte e sete aposentados aniversariantes e dezessete dos dezoito pensionistas. Quanto à composição dos benefícios, no fechamento de janeiro, sessenta beneficiários correspondiam à categoria de aposentadoria por incapacidade, sessenta e um à categoria de aposentadoria por tempo de contribuição, quinze à aposentadoria compulsória, cento e cinquenta e quatro à aposentadoria por idade e cento e doze à pensão por morte, totalizando quatrocentos e dois beneficiários. Assim a distribuição dos beneficiários do mês foi composta 38,30% (trinta e oito vírgula trinta por cento) por aposentados por idade, 27,90% (vinte e sete vírgula noventa por cento) por pensionistas, 14,90% (quatorze vírgula noventa por cento) por aposentados por incapacidade permanente, 15,2% (quinze vírgula dois por cento) por aposentados por tempo de contribuição e 3,50% (três vírgula cinquenta por cento) por aposentados compulsoriamente. No que se refere ao Setor de Protocolo, foram feitos 346 (trezentos e quarenta e seis) atendimentos via *whatsapp*. Ficou demonstrado que foram abertos no mês de janeiro: oito processos de solicitação de benefícios e quarenta e oito administrativos, totalizando cinquenta e seis processos abertos. Quanto às simulações de aposentadoria foram feitas vinte e três simulações no mês de janeiro. Quanto às compensações previdenciárias, foi informado pela Diretora Presidente que no mês de janeiro o contrato com a Dataprev encontra-se sendo finalizado, por isso não houveram pagamentos. Dando prosseguimento, foram apresentados os relatórios de acompanhamento

A. A. B.

dos parcelamentos, foram repassados durante o exercício um montante geral de R\$ 10.488.738,41 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e setecentos e trinta e oito reais e quarenta e um centavos) dos cinco termos de parcelamento existentes, restando, portanto, um valor a pagar de R\$ 18.385.503,54 (dezoito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e três reais e cinquenta e quatro centavos), face o valor inicial consolidado dos cinco termos de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos). Uma vez com a aprovação da Lei Municipal que trata da implementação de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, a Lei Municipal 936/2018 deixará de ter vigência a partir de 2022, e os repasses realizados serão feitos de acordo com a alíquota, não tendo havido repasses no mês de janeiro da alíquota suplementar. Foi informado também que o balancete ainda não foi fechado, embora ainda dentro do prazo, devido a dificuldade atual com relação à falta de pessoal e as muitas demandas. Foi requerido pela sra. Dalva Pinheiro que os relatórios deste Conselho sejam enviados com uma antecedência de pelo menos dois dias, para melhor análise. Finalizado o conteúdo pautado, os membros do Conselho Deliberativo se manifestaram pela conformidade do parecer da 2ª Reunião Ordinária. Nada mais tendo a tratar, a Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, declarou encerrada a reunião. Eu, Ana Paula Pires Alves, lavrei a presente ata, onde lida e achada exata, vai assinada pelos membros presentes.

Gilberto de Freitas, Maria José Beite M. de Oliveira, Paulo Roberto Paz, Roberto Bezerra dos Santos, Cintia Guartim Figueiredo, Ana Paula Pires Alves
Ernesto Cezário Frech Neto